

Magnífico Reitor,

A FASUBRA Sindical, entidade representativa dos trabalhadores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino está mais uma vez em Greve Nacional. A greve iniciou-se no dia 17 de março e completa hoje 57 dias de deflagração.

Ao longo dos anos nossa categoria tem enfrentado muitas lutas, desde o período da ditadura militar, e nunca abrimos mão da defesa do ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. Da nossa luta, resultou a construção de um projeto de universidade, o projeto de lei denominado Universidade Cidadã para os Trabalhadores, que tramita hoje no Congresso Nacional, em que apresentamos nossa contribuição para a transformação da Universidade em um espaço de construção do conhecimento tendo como princípio a Democracia com Autonomia. A partir deste projeto, lutamos pelo reconhecimento e valorização de nossa categoria como trabalhadores em educação.

Também fruto da nossa luta, tivemos a carreira aprovada na greve de 2004, reafirmando nossa identidade. Ocorre que desde sua aprovação, ficaram pendências que necessitam superação para o seu aperfeiçoamento. Algumas, embora estejam previstas na própria lei, como a racionalização e o debate sobre a terceirização nas universidades, não estão recebendo do governo a atenção que merecem.

Lutamos também pelo reposicionamento dos aposentados e o avanço de um piso e um step que valorizem os trabalhadores técnico-administrativos.

Na última greve, realizada no ano de 2012, o termo de acordo permitiu um reajuste de 5% para os três anos seguintes, além da elevação do step de 3,6 para 3,8%. Esta etapa do acordo foi transformada em lei e está sendo cumprida.

Foi também acertado que os incentivos à qualificação para os trabalhadores que concluíram seus cursos de especialização, mestrado e doutorado seriam extensivos para todos e valeriam para capacitação cursos de 20 horas ou mais. Entretanto, o governo insiste em não honrar o compromisso da mesa e tem discriminado os aposentados, ao questionar esta conquista e o que está estabelecido na lei.

Para além desse desrespeito, motivo concreto para lutarmos, temos uma imensa pauta, antiga, que ficou nos grupos de trabalho e que não tiveram resultado suficiente para atender os anseios da categoria. Infelizmente o acertado não foi cumprido e necessitamos fazer greves para exigir do governo um tratamento à altura do trabalho que desenvolvemos. Soma-se a isso a luta pela jornada de 30h e as reformas que tem prejudicado a categoria como: EBSERH e o FUNPRESP.

Em diversos momentos de nossa luta, formamos parceiras necessárias e exitosas. Citamos como exemplo a greve de 1998 quando conseguimos, durante o governo FHC que queria privatizar as universidades através de organizações sociais, manter sua característica pública. Foi a força de toda a comunidade universitária que manteve as universidades públicas e garantiu a autonomia necessária para que desenvolvam sua missão sem intromissão de governos ou do capital.

Neste sentido, temos o entendimento de que podemos abrir um processo negocial direto com a ANDIFES em relação a jornada de trabalho, já que o decreto 4836/2003 faculta ao dirigente máximo do IFE a autorização para a realização da jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução de salário. Mediante o exposto, nos reportamos aos reitores com a expectativa de que sua posição se mantenha ao lado dos trabalhadores das instituições de ensino e intercedam junto ao governo para abertura de negociação com o movimento de modo a buscar uma solução do conflito ora instalado. Da nossa parte fica a disposição para dialogar sobre o tema com a perspectiva de avanços.